

PET no RECURSO ESPECIAL Nº 1.812.820 - PB (2019/0129124-9)

RELATOR : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**
REQUERENTE : AUDITAR - UNIÃO DOS AUDITORES FEDERAIS DE CONTROLE EXTERNO
ADVOGADO : JULIANO RICARDO DE VASCONCELLOS COSTA COUTO E OUTRO(S) - DF013802
REQUERIDO : FABIO VIANA DE OLIVEIRA
ADVOGADOS : JULIANO RICARDO DE VASCONCELLOS COSTA COUTO E OUTRO(S) - DF013802
FILIPE JOSÉ VILARIM DA CUNHA LIMA E OUTRO(S) - PB016031
ÉLIDA EVELYN DE LIRA SERPA - PB020260
REQUERIDO : ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECAO DA PARAIBA
ADVOGADO : ANTONIO FIALHO DE ALMEIDA NETO - PB009284
INTERES. : TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - "AMICUS CURIAE"
PROCURADOR : RICARDO DE MELLO ARAÚJO E OUTRO(S) - DF015543

DECISÃO

Cuida-se de requerimento formulado pela AUDITAR - UNIÃO DOS AUDITORES FEDERAIS DE CONTROLE EXTERNO, objetivando seu ingresso na lide, na condição de *amicus curiae*.

Argumenta que pretende contribuir com a discussão sobre a matéria, uma vez que é uma associação que representa os interesses dos Auditores Federais de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (e-STJ fl. 707/711).

Passo a decidir.

Nos termos do disposto no art. 138 do CPC/2015, o ingresso de pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade especializada no feito, como *amicus curiae*, exige representatividade adequada, concebida como interesse institucional na causa "ou a relação direta entre a finalidade institucional e o objeto jurídico controvertido" (REsp 1.309.529/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, Primeira Seção, julgado em 28/11/2012, DJe 04/06/2013).

Segundo a doutrina, por interesse institucional "compreende-se a possibilidade concreta do terceiro em contribuir com a qualidade da decisão a ser proferida, considerando-se que o terceiro tem grande experiência na área a qual a matéria discutida pertence" (NEVES, Daniel Amorim Assumpção., Novo Código de Processo Civil Comentado artigo por artigo, Salvador, BA: Juspodivm, 2016, pág. 225).

Por outro lado, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o *amicus curiae* atua como um "colaborador da Justiça", de modo que sua participação no processo deve ocorrer "e se justifica, não como defensor de interesses

Superior Tribunal de Justiça

próprios, mas como agente habilitado a agregar subsídios que possam contribuir para a qualificação da decisão a ser tomada pelo Tribunal" (ADI 3.460 ED, Relator Min. TEORI ZAVASCKI, Tribunal Pleno, julgado em 12/02/2015, DJe 12/03/2015).

Na hipótese, o interesse da associação requerente tem relação apenas com o julgamento favorável a uma das partes - autor do mandado de segurança -, circunstância que afasta a aplicação do instituto, visto que o mero interesse subjetivo no desate da lide não admite a habilitação de terceiro como *amicus curiae* (AgRg na PET no REsp 1336026/PE, Rel. Ministro OG FERNANDES, Primeira Seção, julgado em 22/03/2017, DJe 28/03/2017, e Rcl 4.982/SP, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, Primeira Seção, julgado em 27/04/2011, DJe 04/05/2011).

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de e-STJ fls. 707/730.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator